



PP – Açores

Palavra Parlamentar

Folha Informativa do Grupo Parlamentar do Partido Popular
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES

N.º 1

Abril de 1997

Apresentação

O Grupo Parlamentar do Partido Popular, na Assembleia Legislativa Regional dos Açores, inicia hoje a publicação da presente Folha Informativa.

É através do uso da “palavra” que os deputados exercem a parte mais importante do seu mandato.

É através do conhecimento da actividade dos deputados, que os eleitores podem fazer um juízo justo sobre o modo como os seus representantes estão a desempenhar as funções para que foram eleitos.

No decurso da campanha eleitoral, os candidatos do Partido Popular assumiram o compromisso de que o seu trabalho seria dado a conhecer à população. Começa agora, nessa matéria, a cumprir-se a nossa “palavra”.

Periodicamente será elaborada e distribuída a “PALAVRA PARLAMENTAR”, da qual constarão referências resumidas das principais intervenções dos deputados do PP, no Parlamento Açoriano, com referência ao Diário da Assembleia onde poderão ser consultadas integralmente.

Dar-se-á conta das principais actividades que desenvolveram os deputados populares, designadamente da participação nas Comissões Especializadas Permanentes, das visitas de trabalho às ilhas e das reuniões mais relevantes.

Os leitores de “PALAVRA PARLAMENTAR” encontrarão aqui referências a outras iniciativas dos Deputados do PP, nomeadamente projectos, propostas e requerimentos apresentados.

O melhor conhecimento da actividade desenvolvida pelos nossos deputados, permitirá que a população envie as suas sugestões, recomendações e teça as críticas construtivas que forem julgadas oportunas.

Tudo, porque o Grupo Parlamentar deseja concretizar o projecto do Partido Popular, essencial para a realização da Autonomia e para uns AÇORES MELHORES.

DEPUTADOS DO PP CONSTITUEM GRUPO PARLAMENTAR

Nas eleições de 13 de Outubro foram eleitos pelo Partido Popular os Deputados João Greves (Ilha do Corvo), Dr. Alvarino Pinheiro (Ilha Terceira) e Dr. José António Monjardino (Ilha de S. Miguel), os quais se constituíram em Grupo Parlamentar.

Foi eleito para Presidente do Grupo Parlamentar o Deputado Dr. Alvarino Pinheiro e para Vice-Presidente o Deputado Dr. José António Monjardino.

Deputado Alvarino Pinheiro eleito vice-presidente da A.L.R.A

O Deputado Alvarino Pinheiro foi eleito, por unanimidade, no início desta Legislatura, Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores. É a primeira vez que nos Açores um Deputado do PP ascende a este cargo.

Na qualidade de Vice-Presidente do Parlamento, compete-lhe participar nas reuniões da Mesa, substituir o Presidente nas reuniões plenárias, exercer funções delegadas pelo Presidente e desempenhar funções de representação da Assembleia de que seja incumbido pelo Presidente, em regime de rotatividade com o outro Vice-Presidente.

PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES

Os deputados do PP fazem parte das seguintes Comissões Especializadas Permanentes:

Comissão Permanente: Dep. Alvarino Pinheiro (na qualidade de Vice-Presidente da Assembleia) e Dep. João Greves;

Comissão de Organização e Legislação: Dep. Alvarino Pinheiro;

Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais: Deputados José Monjardino e João Greves;

Comissão de Juventude e Assuntos Sociais: Deputados José Monjardino e João Greves;

Comissão de Economia, Finanças e Plano: Dep. Alvarino Pinheiro;

Comissão Eventual para o estudo e acompanhamento da Revisão Constitucional e suas implicações no Estatuto Político Administrativo: Deputados Alvarino Pinheiro e José Monjardino.

A participação dos deputados do PP foi organizada de forma que, tal como acontece no Plenário da Assembleia, também na Mesa e em todas as Comissões os votos do PP possam ser decisivos para as deliberações a tomar.

Serviços de Apoio do Grupo Parlamentar do P. P.

O Grupo Parlamentar do Partido Popular dispõe dos seguintes Serviços de Apoio:

- Sede da Assembleia, na Ilha do Faial, Rua Marcelino Lima, na cidade da Horta, com o telefone n.º (092)22413 (directo) ou o geral n.º (092)23831 e FAX n.º (092)31084 (directo);

- Delegação da Assembleia na Ilha Terceira, na cidade de Angra do Heroísmo, Rua de S. Pedro n.º 116/118, com o telefone n.º (095)25067, ou o geral n.º (095)25171 e FAX geral n.º (095)628401;

- Delegação da Assembleia na Ilha de S. Miguel, na cidade de Ponta Delgada, Rua António José de Almeida n.º 10, com o telefone geral n.º (096)23980 e o FAX geral n.º (096)629292.

Os deputados do P. P. podem ser contactados para os endereços e através dos números de telefones e FAX antes referidos.

Os eleitores e órgãos de comunicação social poderão recorrer aos Serviços referidos, para marcar contactos ou obter informações, através do pessoal de apoio:

- Na Horta : Adjunto Renato Moura e Secretária Sílvia Pereira;

- Em Angra do Heroísmo: Secretária Teresa Fonseca;

Em Ponta Delgada: Secretária Carla Morais.

Para Deputado José Monjardino: Inexistência de maioria obriga a entendimentos

O Deputado José António Monjardino, Presidente do Partido Popular nos Açores, usando da palavra na Assembleia, na sua primeira intervenção após as eleições regionais de 13 de Outubro, considerou que a responsabilidade do Partido Popular aumentou, no campo político e institucional, dado o facto de, sem maioria absoluta, os três deputados do P. P. “poderem ser determinantes para a obtenção de maiorias parlamentares”.

Clarificou que o P.P. “não deve ter responsabilidades governativas” e o facto de “não pretender formar coligações”.

Condenando as posturas de arrogância e de abuso de poder do passado, prometeu “toda a força que estiver ao nosso alcance” para as não permitir no futuro e declarou que o pano de fundo de uma maioria relativa no Parlamento “obrigará à procura de consensos e entendimentos para obter os votos necessários à aprovação das diversas iniciativas legislativas e outras”, declarando-se “disponível para esses entendimentos e consensos”.

O Deputado José António Monjardino, dirigindo-se ao Governo Regional, preveniu que “não esperem de nós uma posição alinhada permanente” porque “somos um partido de oposição”, mas acrescentou que “podem esperar de nós lealdade de comportamentos e uma postura de constante diálogo e procura de consensos, de modo a permitir aos Açorianos uma governação estável”, impondo todavia condições para esta postura, ou seja “esperamos que haja do vosso lado um espírito de abertura, não maximalista, aquando do surgimento de críticas, da nossa parte, que certamente existirão”.

Por fim dirigiu-se à Comunicação Social, dizendo compreender o interesse que a nova realidade política possa despertar nos jornalistas e declarando-se esperançado que “entendam que também têm responsabilidades nesta matéria” e acrescentou “o modo como forem transmitidos para o público os factos que se passarem nesta Assembleia, podem ser determinantes na confiança que a população tem nesta Instituição”.

(Da Intervenção: Diário A.L.R.A. n.º 3)

Discussão da Estrutura do Governo Poupar e despartidarizar

Na discussão sobre a estrutura do Governo Regional dos Açores, o P.P. teve uma participação activa, não apenas intervindo nos debates, mas apresentando propostas de alteração.

O Deputado José Monjardino reconheceu que "o Governo deve ter instrumentos objectivos para poder provar, na prática, se pode ou não governar, se é bom ou não é", tendo afirmado que se fosse o Partido Popular a fazer a orgânica do governo, a teria feito diferente.

Falou depois na preocupação clara do PP "de introduzir um conjunto de medidas que tendencialmente reduzam a despesa pública e simultaneamente reduzam o número de cargos de confiança política".

O PP propôs e foram aprovadas alterações à proposta do Governo no sentido de que "o número de lugares dos departamentos e serviços governamentais a serem preenchidos por livre escolha deverá ser reduzido", de que "os lugares de Chefe de Divisão de todos os departamentos e serviços governamentais serão preenchidos, preferencialmente, mediante realização de concursos públicos".

O Deputado Alvarino Pinheiro, na defesa destas alterações, afirmou que elas correspondem "a um dos grandes objectivos e das grandes perspectivas tidas pelo Partido Popular no que respeita à organização da administração regional e à orientação que deve ser dada à mesma, na perspectiva da sua reforma" e disse também que a alteração visa dar forma de letra ao princípio defendido pelo PP, de "despartidarizar a administração regional".

O PP conseguiu também fazer aprovar uma alteração para acautelar que em consequência da nova orgânica, os funcionários não pudessem ser obrigados a transferência para ilha diferente daquela onde prestavam serviço.

(De Intervenções: Diário ALRA n.º 3)

DEPUTADO JOÃO GREVES Prometeu ser "UMA VOZ INCÓMODA" Mas recebeu aplausos de todos

Na sua primeira intervenção na Assembleia Legislativa Regional dos Açores, o Deputado João Greves, eleito pelo Corvo, começou por considerar uma grande honra "representar aqueles que nos elegeram" e "trazer para a Assembleia os seus anseios e os seus direitos".

E continuou "Não vou pedir aqui nada além das dimensões do Corvo, nem nada que os corvinos não tenham direito, porque o seu direito é igual a qualquer outro cidadão do país".

João Greves alertou depois o Governo Regional "para que se debruce o mais urgente possível sobre o caso dos transportes marítimos para o Corvo, porque a partir das Flores eles não existem; que seja crescido o mais rapidamente possível o cais do Porto da Casa para que possam acostar barcos de maior calado".

Na área agrícola pediu "maior apoio à Cooperativa de Lactínios, que se pretende criar, para que haja maior aproveitamento do leite produzido" e sobre ambiente pediu que se acuda ao Caldeirão, que considerou como uma das maravilhas do mundo".

O deputado corvino afirmou que não falaria já de todos os problemas do Corvo, "porque se o fizesse naturalmente muitos deles cairiam no esquecimento", mas foi firme ao declarar "serei aqui uma voz incómoda, sempre que seja necessário lembrar os problemas daqueles que me elegeram".

João Greves terminou a sua intervenção dizendo querer "lembrar aqueles que com coragem muitas vezes deram a sua própria vida para que a democracia fosse possível no nosso País, em muito países do Mundo e, felizmente, aqui na nossa Região".

Esta intervenção do Deputado que pelo P.P. ganhou as eleições no Corvo, feita no decurso da discussão do Programa de Governo, arrancou palmas das bancadas de todos os partidos e do Governo, o que é invulgar.

(De Intervenções: Diário ALRA n.º 4)

PROGRAMA DE GOVERNO RESULTOU DO DIÁLOGO PARTIDO POPULAR APROVOU, MAS FICA ATENTO

O Dr. Alvarino Pinheiro foi o primeiro deputado da Assembleia a usar da palavra na discussão do Programa de Governo e fê-lo para realçar a afirmação do Presidente do Governo de que o referido Programa tinha sido aperfeiçoado para o adaptar “à textualidade institucional própria da sua análise e aprovação pelo Parlamento”.

O Deputado Alvarino Pinheiro quis deixar claro que o Partido Popular se identificava com o Programa na redacção final apresentada na Assembleia, porque o documento agora era uma consequência dos “diálogos, as conversas e os encontros que foram publicamente assumidos pelo Sr. Presidente do Governo e o líder do Partido Popular” e acrescentou “é neste quadro que nós queremos realçar a forma, não só correcta como frutuosa, que esse processo de adaptação do texto eleitoral do Partido Socialista sofreu relativamente a este Programa”.

(De Intervenções: Diário ALRA n.º 4)

O Deputado José António Monjardino fundamentou o voto favorável do Partido Popular ao Programa de Governo, designadamente porque o Programa apresenta aspectos com os quais o PP concorda e enumerou:

- A redução do peso da Administração Pública na sociedade e na economia, através de medidas como a redução da despesa corrente pública e a diminuição dos cargos políticos;

- A desintervenção das estruturas públicas na área da actividade económica, nomeadamente na área do turismo;

- Um conjunto de medidas que visam fortalecer o tecido económico regional privado, tais como a libertação de recursos do Orçamento para apoio às actividades económicas, a diferenciação da fiscalidade directa, a aposta na formação profissional, a complementariedade do investimento público em relação ao privado, a adequação dos concursos de obras públicas à realidade das empresas de construção civil e eventualmente a possibilidade de redução do parque de máquinas das Obras Públicas;

- A liberalização dos transportes;

- Eleger como principal medida de ataque ao desemprego, o apoio a empresas em

dificuldade e o fortalecimento do tecido empresarial regional;

- Eleger como principal medida de apoio à habitação, a conjugação do fomento do mercado de arrendamento habitacional, com medidas de desgravamento fiscal.

José António Monjardino referiu depois que o Programa de Governo contempla “não só princípios que não violam os nossos princípios fundamentais, como ainda os consagra”, considerando ainda que “é justo permitir a este Governo, governar”.

Todavia preveniu “cá estaremos para ver se o faz bem e dentro dos princípios que estão hoje enumerados” e “o Partido Popular está vigilante e atento para garantir que no futuro não existam desvios sobre o que agora vamos aprovar”

(De Intervenção: Diário ALRA n.º 5)

COMISSÃO POLÍTICA REGIONAL LOUVA ACTUAÇÃO DO GRUPO PARLAMENTAR

A Comissão Política Regional do PP, reunida na Horta, a 31 de Janeiro e 1 e 2 de Fevereiro, apreciou a actividade desenvolvida pelo Grupo Parlamentar do PP, “constatando a eficácia das estratégias definidas e congratulando-se com o trabalho desenvolvido”, tendo também reflectido com o Grupo Parlamentar sobre “as posições do Partido na discussão do Plano de Médio Prazo e Plano e Orçamento para 1998”.

Na reunião da CPR, em que foi tema forte a preparação das eleições autárquicas, “foram estabelecidas medidas visando aperfeiçoar o diálogo e a circulação de informação”, tendo em vista facilitar “o trabalho do Grupo Parlamentar e permitir uma melhor articulação com as bases do P.P. nas diferentes ilhas”.